

Os pecados do Bresser

Márcio Moreira Alves

A esquerda do PMDB pretende contestar com veemência o Plano Bresser e o próprio ministro na Convenção que se realizará a partir do dia 18 de julho. Atribui a Bresser Pereira alguns pecados capitais: 1) provocar um tremendo arrocho salarial; 2) aprofundar a recessão; 3) entregar-se aos banqueiros estrangeiros, rompendo a moratória; 4) adotar as regras do FMI.

Como, no Brasil, costumam valer as versões mais fortemente que os fatos, a ala progressista do partido majoritário comprou sobre os fatos econômicos a versão do ex-ministro Dilson Funaro. A brava deputada Cristina Tavares, que não regateia aplausos a Funaro, chegou a dizer, após a exposição do ministro da Fazenda perante a Constituinte, que, "em um regime parlamentar, Bresser Pereira receberia um voto de desconfiança".

A responsabilidade do PMDB é hoje determinante para a vida econômica, apesar da ala conservadora da Aliança Democrática — o PFL — continuar a deter o comando das principais empresas públicas e de ministérios de grande importância. Sendo assim, parece-me necessário tentar esclarecer, às vésperas da Convenção, alguns desses pontos polêmicos.

A perda do poder de compra dos salários não é obra do Bresser, mas sim da hiperinflação provocada pela total perda de controle da equipe do ministro Dilson Funaro sobre os preços, a base monetária e o déficit público. É verdade que o plano não contempla, por enquanto, a recomposição desse poder de compra. Isso significa ser urgente nele incluir um aumento do salário mínimo, que, para evitar os efeitos em cascata de indexações, poderia ser realizado através da criação de um "piso vital", por setores e regiões.

A recessão, que começamos a viver, deveu-se ao Plano Cruzado II. Desarticulando a economia, permitindo uma gigantesca subida dos juros e a desabrida remarcação dos preços não administrados, impossibilitou qualquer programa de investimentos, privados ou públicos, para o ano de 1987, e estancou as encomendas do setor industrial. Só agora, em meados de julho, é que as encomendas do setor industrial voltam a aparecer, prenunciando um reaquecimento moderado da economia.

A moratória declarada em fevereiro não foi uma decisão política que o ministro Dilson Funaro tivesse tomado no quadro de uma estratégia de enfrentamento com o sistema financeiro internacional. Foi uma moratória de Newton, decretada pela lei

da gravidade, dada a queda vertiginosa das reservas cambiais do país. Em situação igual, ela seria adotada até mesmo pelos mais contumazes caudatários dos banqueiros, como Delfim Neto ou Roberto Campos. Simplesmente não havia dinheiro para continuar pagando juros. Contrariamente, a proposta Bresser Pereira, de capitalizar automaticamente metade ou mais dos juros devidos, ao mesmo tempo em que se conduz uma negociação global da dívida, quer dizer, tanto da dívida com os bancos privados quanto com os organismos internacionais e os bancos oficiais, limitando-se os pagamentos às necessidades da manutenção de uma taxa de crescimento soberanamente estabelecida pelo Brasil, essa, sim, é uma estratégia de afirmação nacional. Note-se que foi o ministro Bresser Pereira quem decretou a moratória do pagamento dos juros aos bancos oficiais, representados pelo Clube de Paris, por não estarem eles abrindo novos créditos para as importações brasileiras, como haviam combinado.

Quando no Brasil alguém é acusado de adotar as regras do FMI, procura-se, sobretudo, rejeitar a hipótese de redução do déficit público e de aumento das exportações. Como os números do déficit público tinham sido escamoteados, da mesma forma como foram falsificados os saldos da balança comercial, talvez fosse possível, há um par de meses, argumentar-se contra o controle do déficit e o incremento das exportações. No entanto, ninguém com um mínimo de juízo poderá considerar desnecessário o esforço para trazer o déficit público atual, que é de 6,2% do PNB, pelo menos, ao nível do que a equipe anterior dizia ser o seu volume — 3,5% do PNB. Quanto às exportações, a nossa soberania na mesa de negociações depende do aumento do seu superávit. Só tendo dinheiro em caixa é que poderemos resistir a imposições dos credores contrários ao interesse nacional. Resistir a essas imposições sempre foi a linha programática do grupo de economistas do PMDB, Bresser Pereira entre eles, em contraposição aos economistas da ditadura.

Há, é verdade, muita coisa que o PMDB deve exigir do seu ministro da Fazenda: o aumento da carga fiscal líquida; o estabelecimento de impostos diretos que não perpetuem as desigualdades sociais, como, por exemplo, o imposto sobre heranças; a racionalização do custeio da máquina federal. Deve exigir, também, a elaboração de uma política salarial que ofereça, a prazo médio, aos trabalhadores brasileiros um padrão de vida melhor que o do Chile ou do Paraguai. Mas, sobretudo, deve exigir o aprofundamento da política de controle da inflação. Abandoná-la seria um pecado imperdoável para o partido e para o seu ministro.